

Country

FACT SHEET 2020*



PORTUGAL

Contributo: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso- FNSBS

* **A informação neste documento reflete a situação ao fim de Agosto de 2020.**

Esta publicação foi produzida no âmbito da campanha #FirstYearsFirstPriority.


Informação adicional em <http://firstyearsfirstpriority.eu>.


A tradução do seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FNSBS.

primeiros anos
a nossa prioridade

DAR OPORTUNIDADE
A Todas **AS CRIANÇAS**
NA EUROPA

CONTEXTO NACIONAL

Portugal desenvolveu esforços adequados, ao longo do último ano, na criação de políticas dedicadas ao desenvolvimento infantil na primeira infância e no apoio a famílias com crianças pequenas?  *

Portugal tem uma Lei Nacional que garante o acesso a serviços básicos de Desenvolvimento Infantil, nas áreas da Educação, Saúde, Nutrição e/ou Proteção Social e da Criança, para todas as crianças menores de 6 anos? 

Em Portugal não houve, nos últimos anos, progressos significativos na criação de políticas dedicadas ao desenvolvimento infantil na primeira infância nem no apoio a famílias com crianças pequenas.

Desde 2015 que a legislação nacional consagra a universalidade do Educação pré-escolar a partir dos 4 anos (Lei n.º 65/2015) e o acesso gratuito dos menores de 18 anos ao Serviço Nacional de Saúde (Decreto-Lei n.º 61/2015). No entanto, a gratuidade não garante acesso atempado a cuidados de saúde de qualidade. As famílias que os podem pagar, têm os serviços de saúde privados para fazer face às necessidades de saúde das suas crianças, mas as que não podem estão a ser deixadas para trás no que toca à saúde e bem-estar das suas crianças. Portugal tem um dos mais altos níveis de pagamento direto de despesas de saúde por parte das famílias da UE28 – 28%¹.

O acolhimento familiar foi também estabelecido em 2015 como medida preferencial para crianças em situação de acolhimento (Lei n.º 142/2015), especialmente para as menores de 6 anos. No entanto, a percentagem de crianças em acolhimento familiar é muito baixa e tem vindo a decrescer (de 7% para 1,8%) nos últimos anos. Em 2019 (últimos dados disponíveis), havia 867 crianças menores de 6 anos em situação de acolhimento e apenas 16 delas (1,8%)² estavam em famílias de acolhimento. Isto apesar do Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas ter recomendado a Portugal que tomasse todas as medidas necessárias para assegurar que o acolhimento de crianças pequenas, especialmente até aos 3 anos, fosse concretizado em famílias³.

Relativamente às crianças em situação de vulnerabilidade, existem em Portugal dois serviços intersectoriais, a funcionar a nível nacional, mas dependentes de referênciação:

- Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, criado em 2009 pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, dirigido a crianças (dos 0 aos 6 anos) com atraso de desenvolvimento. Este serviço é reconhecido por ter uma baixa cobertura quando considerados os casos referenciados. É coordenado pelos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o envolvimento das famílias e da comunidade.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, criada em 2015 pelo Decreto-Lei n.º 159/2015, atualizado em 2017 pelo Decreto-Lei n.º 139/2017, dirigida a crianças e jovens em perigo. Funciona através das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (criadas pelo Decreto-Lei n.º 189/91 e reformuladas pela Lei n.º 47/99), para as quais as crianças/jovens podem ser referenciados por qualquer pessoa que se aperceba de uma situação de risco ou perigo (negligência, abuso, violência doméstica, abandono escolar, etc.).

* Este documento baseia-se no contributo dos coordenadores nacionais, incluindo avaliações entre  (pior) e  (melhor)

¹ OECD (2019), *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris.

² Instituto da Segurança Social, I.P. (2020). *CASA 2019 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.

³ UN Committee on the Rights of the Child (CRC), *Concluding observations on the third and fourth periodic reports of Portugal*, 31 January 2014, CRC/C/PRT/CO/3-4, disponível em: <https://www.refworld.org/docid/52f89eb84.html>

IMPACTO DA CRISE COVID-19 E REPOSTA GOVERNAMENTAL DURANTE A PRIMEIRA VAGA

A crise provocada pela pandemia COVID-19 teve impactos negativos nas famílias portuguesas com crianças pequenas, especialmente nas famílias em situação de vulnerabilidade. Muitas famílias depararam-se com quebras (totais ou parciais) de rendimentos desde março de 2020, mesmo famílias que não apresentavam vulnerabilidades anteriores, o que levou a um aumento das situações de insegurança alimentar no país. O acesso aos serviços de saúde tornou-se ainda mais difícil e verificou-se um aumento das necessidades de saúde mental, principalmente entre as crianças. Em termos de educação, muitas crianças foram deixadas para trás devido à falta de meios para acompanharem as atividades educativas à distância.

Apesar das necessidades crescentes das famílias e crianças, e de todas as medidas adotadas para mitigar as consequências imediatas e de curto prazo, tanto quanto sabemos não foram propostas ou adotadas medidas de apoio às famílias com crianças pequenas para lidarem com os efeitos de longo prazo da pandemia COVID-19 a nível nacional.

SEMESTRE EUROPEU

O Relatório relativo a Portugal de 2020 no âmbito do Semestre Europeu salienta alguns dados importantes sobre a situação relativa ao desenvolvimento infantil. Embora a conciliação entre a vida profissional e a vida privada tenha evoluído positivamente até 2011, tem-se vindo a deteriorar desde então. A despesa média das famílias por criança (dos 0 aos 17 anos), em percentagem do PIB per capita, foi de 6,7% contra uma média da EU de 12,4% em 2017 (tendo aumentado apenas ligeiramente aos 6,4% de 2008). O Índice “Better Life” da OCDE, no que à conciliação entre a vida profissional e a vida privada diz respeito, salienta que a baixa taxa de fertilidade de Portugal (1,28; a mais baixa da OCDE) se deve a falta de apoio às famílias. A taxa de participação das crianças menores de 3 anos em estruturas de acolhimento (creches) aumentou acentuadamente na última década, chegando aos 47,1% que comparam com uma média da EU de 35,1% em 2018. No entanto, a situação é um pouco menos positiva (94,2%) do que a média da UE (95,4%) para as crianças entre os 4 e os 6 anos. O relatório afirma que devem ser melhoradas as medidas de apoio à família para alcançar uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida privada e para impulsionar a cobertura de estruturas de educação e cuidados à primeira infância.

As Recomendações Específicas para Portugal referem claramente as consequências da pandemia COVID-19 no acesso à educação. Aproximadamente 6% das famílias ainda não têm acesso à internet, o que afeta cerca de 50.000 alunos. As disparidades entre as zonas urbanas e as zonas rurais intensificam estes números, criando desigualdades, uma vez que os alunos de famílias socioeconomicamente mais favorecidas estão em melhores condições de fazer face aos desafios do ensino à distância. Devem adotar-se medidas de apoio a pessoas em exclusão digital a superar os obstáculos no acesso à aprendizagem à distância.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Dados os desafios acima referidos e tendo em conta que as Recomendações Específicas de 2020 para Portugal não referem especificamente a saúde infantil nem as crianças em situação de acolhimento, é altamente recomendado que Portugal adote medidas para reduzir as desigualdades em saúde infantil, através da deteção e intervenção precoces, melhorando o acesso atempado a cuidados de saúde de qualidade para todas as crianças, especialmente para as que mais precisam. Estes serviços devem incluir rastreios periódicos, que devem também ser realizados em berçários e creches. Portugal deve também tomar medidas para melhorar a transição das crianças institucionalizadas para famílias de acolhimento. A desinstitucionalização das crianças em situação de acolhimento deve ser uma prioridade.

A Parceria europeia

- **Eurochild** é uma rede de quase 200 organizações de 35 países europeus que trabalham com e pelas crianças em toda a Europa, lutando por uma sociedade que respeita os direitos das crianças. A Eurochild influencia políticas para desenvolver capacidades internas e facilita a aprendizagem mútua e o intercâmbio de práticas e investigação.
- **International Step by Step Association (ISSA)** é uma rede regional para a primeira infância fundada em 1999 que, através dos seus programas e serviços, faz a ligação entre a investigação, a prática as políticas para melhorar a qualidade dos sistemas dedicados à primeira infância na Europa e na Ásia Central. Mais de 90 membros da ISSA, de 43 países, implementam programas e cooperam para garantir serviços de qualidade e equitativos dirigidos à primeira infância, especialmente para as crianças pequenas mais vulneráveis.
- **European Public Health Alliance (EPHA)** é a principal rede europeia de Organizações Não Governamentais (ONGs) na defesa de uma saúde melhor para todos. Uma organização liderada por membros formada por ONGs de saúde pública, grupos de pacientes, profissionais de saúde e grupos de pessoas com determinadas doenças, a EPHA trabalha para melhorar a saúde, fortalecer a voz da saúde pública e combater as desigualdades na saúde em toda a Europa.
- **Roma Education Fund (REF)**, criada no âmbito da *"Decade of Roma Inclusion"* em 2005, tem como missão e objetivo final colmatar as diferenças nos resultados educativos entre as comunidades ciganas e não ciganas. Para atingir este objetivo, a organização apoia políticas e programas que garantam uma educação de qualidade para os ciganos, incluindo a dessegregação dos sistemas de ensino.

Coordenador europeu da Campanha: Dr. Agata D'Addato, Senior Project Manager Eurochild (agata.daddato@eurochild.org).

Coordenadores Nacionais: Pomoc Deci (Sérvia), Plataforma de Infancia (Espanha), Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (Portugal), Central Union for Child Welfare (Finlandia), Family, Child, Youth Association (Hungria), Child Rights Alliance (Irlanda), Trust for Social Achievement (Bulgária), Step by Step Center for Education and Professional Development (Romênia), Ensemble pour l'Éducation de la Petite Enfance (França).